- XXXII -**JUVENTUDE, ESCOLA E ATO INFRACIONAL: REFLEXÕES COM A EQUIPE ESCOLAR**

Débora Cristina Fonseca
UNESP Rio Claro/SP. BRASIL
dcfon10@gmail.com

Introdução

Neste trabalho busca-se refletir sobre as possibilidades de produção de novas formas de atuação da equipe escolar em casos de denúncia de adolescentes/jovens alunos, por atos ocorridos no contexto da escola. Parte-se dos resultados da pesquisa que teve por objetivo conhecer a trajetória escolar, judicial e socioeducativa de jovens autores de atos infracionais. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, com três momentos de aproximação com o campo (levantamento de dados nas escolas, junto à Vara da Infância e Juventude e entrevistas com a equipe escolar e com os jovens autores de atos infracionais) e o uso de dois instrumentos de coleta de dados: análise documental e a entrevista individual/grupal (grupo focal). Ainda na terceira etapa, analisou-se a fala produzida pela equipe escolar diante dos dados levantados nas três etapas da pesquisa mencionadas, na tentativa de discutir a efetividade das ações e as possibilidades de intervenções pedagógicas, antes da criminalização. Esse momento, cujos dados foram coletados em grupo focal em duas escolas, *consiste no foco de reflexão nesse trabalho.*

Desenvolvimento

No discurso dos participantes (membros da equipe escolar), sobre as possibilidades de produção de novas formas de atuação da equipe escolar em casos de denúncia e ou criminalização de adolescentes/jovens alunos, por atos ocorridos no contexto da escola, identificamos algumas categorias de análise para cada uma das escolas. Na Escola A foram identificadas três categorias: 1-Como os professores significam as ações/comportamento dos alunos. Foi possível observar que o modo como os alunos agem, pode ser significado pelos professores, em muitos casos, como falta de respeito, enquanto, para outros, não representa desrespeito. Nesta reflexão, concordaram que o referencial de respeito que alguns alunos consideram é diferente daquilo que se propaga como o “certo” e por conta disso existem os desentendimentos. Sobre a relação professor-aluno e a relação de referência sobre respeito e desrespeito, Aquino (1988) aponta que se antes o respeito do aluno era inspirado no modelo militar, atualmente não

pode mais ser decorrente do medo, consistindo em uma transformação histórica para as práticas escolares. Para Vigotski (2001) o homem torna-se humano ao se apropriar da cultura, assumindo que é por meio das relações sociais que ocorre a constituição do pensamento, da ação e da consciência humana. A partir disso, as relações que os alunos trazem consigo e colocam em prática dentro da escola, é fruto de relações estabelecidas pelo seu próprio meio, e quando o professor não consegue apreender essas significações, podem ocorrer conflitos, significados pelos educadores como desrespeito.

2-O que se registra nos LOE's segundo os professores. Foi discutida a percepção dos registros existentes nos livros de ocorrência escolar (LOE). Relataram que nem tudo o que acontece dentro da sala de aula é registrado, e que o registro só se concretiza, de fato, após o professor advertir o aluno diversas vezes verbalmente. Assim, os LOE's parecem estar se constituindo como ferramentas para enquadrar adolescentes/jovens que não se adequam às regras da escola, o que sugere que a própria escola contribui para a criminalização de alguns atos, antes mesmo de se constituírem como “infração ou crime”. Tais comportamento não são, necessariamente, violência, porém, ao serem assim significados, podem dar início a uma identificação do jovem com o ato de infracionar. Assim, parece que os LOE's perdem sua função pedagógica, assumindo caráter punitivo e repressivo (RATTO, 2007);

3- Como os alunos significam os registros nos LOE's. Os professores mencionaram que a ação de registrar nos LOE's parece confundir os alunos, causando diversas interpretações. Alguns temem os livros de ocorrência, outros parecem nem se incomodar com o registro. Os LOEs (também conhecidos por “Livro Preto”) consistem em uma das formas mais tradicionais de instituir na escola o controle e a disciplina, afim de estabelecer o cumprimento das normas das escolas pelos alunos, professores e funcionários. Contudo, observamos que parece haver muitas divergências entre os próprios professores e gestão escolar sobre o que registrar e a partir de tal registro o que pode ser feito. Para os alunos, tal ação de registrar parece possuir significados diferentes. Acreditamos que seja importante considerar a compreensão que cada aluno tem ao ser realizado o registro, pois cada sujeito se identifica e atribui significados diferentes (Vigotski, 2001).

Na Escola B foram identificadas duas categorias:

1-Como significam a não realização das tarefas. Tarefa teve nos LOE's o maior número de registros nessa escola. Foi discutido sobre como questões pedagógicas poderiam estar sendo confundidas com questões disciplinares. Percebeu-se que os professores parecem não saber lidar com a situação. Esses registros nos LOE's não apontam, necessariamente, para violência dentro da escola, indicando que tais registros poderiam ser usados de forma que contribuíssem pedagogicamente, na tentativa de redução/resolução dos conflitos, haja vista que o não fazer tarefa tende a acontecer diariamente dentro da instituição, e a escola precisa estar atenta para bordar o caso, de forma pedagógica e não punitiva.;

2-Alunos autores de atos infracionais: ausência de saídas ou estratégias para tais fatos. Foi exposto sobre a medida de remissão existente nos processos judiciais. Quando a remissão é aplicada, o processo judicial não segue. Entretanto, tem sido aplicada, de forma cumulativa à remissão, uma medida socioeducativa. Ocorre que, se o adolescente não teve o processo apurado e não foi comprovada sua

autoria, frente à remissão, não cabe, em tese, uma medida socioeducativa. Porém, se descumprem a medida, podem sofrer sanção, com privação de liberdade. Sobre este aspecto, os poucos professores que se manifestaram, pareciam não enxergar saídas ou estratégias para os adolescentes que estavam em conflitos com a lei. Parecem desconhecer as medidas socioeducativas aplicáveis, assim como o caráter educativo atrelado a elas. Em vários processos analisados o próprio adolescente desconhecia o cumprimento de uma medida socioeducativa, relatando que apenas ia ao CREAS para assinar a carteirinha, não sabendo ser uma consequência daqueles fatos ocorridos na escola, o que demonstra sua baixa efetividade na redução dos conflitos escolares.

Considerações Finais

Observamos que na *Escola A* houve maior receptividade e abertura para pensar coletivamente sobre os dados e possibilidades de mudanças nas práticas gerenciais que atravessam o cotidiano escolar. O debate foi intenso sobre a concepção de respeito que cada pessoa tem consigo, e como isso influencia nas relações cotidianas. Observou-se que nem tudo o que acontece no âmbito escolar é registrado nos LOE's, sendo, geralmente registrados, aqueles reincidentes em diversas "infrações" na escola. Os LOE's pareceram perder sua função pedagógica, servindo como dossiê de provas contra os alunos. Na *Escola B*, o que mais se destacou foi a concepção que os professores têm em relação às medidas socioeducativas aplicadas aos alunos em conflito com a lei, pois eles pareciam não enxergar saídas ou estratégias para enfrentar tal fato. Evidenciou-se, que questões pedagógicas estão sendo confundidas, com a intensificação da defesa de ações punitivas. Diante de tais significações e sentidos, acreditamos ter sido de extrema importância a devolutiva dos dados nas escolas pesquisadas. O grupo focal proporcionou um movimento de reflexão e tensionamento com as práticas instituídas, provocando inquietações aos educadores. Parece evidente que as equipes gestora e escolar precisam estabelecer espaços concretos de diálogo democrático para a construção de estratégias coletivas ao enfrentamento dos conflitos escolares, com prioridade para práticas pedagógicas, em detrimento de ações punitivas. A criminalização de atos praticados no cotidiano da escola tem pouca efetividade na redução dos conflitos e violências escolares, mas produzem marcas profundas na história de vida dos adolescentes/jovens que passam por uma medida socioeducativa. O estudo permite reflexões importantes para a elaboração de políticas públicas, na perspectiva da prevenção de situações de violência na escola e de violação de direitos, além de importantes análises sobre os procedimentos escolares e judiciais que marcam a vida de muitos jovens, apontando a necessidade de revisão desses procedimentos.

Referências

AQUINO, J. G. A indisciplina e a escola atual. **Rev. Fac. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 181-204, julho.1998.

RATTO, A. L. S. **Livros de ocorrência: (in)disciplina, normalização e subjetivação.** São Paulo: Cortez. 2007.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.